

PAC da Saúde respira por aparelhos

» JOÃO BOSCO LACERDA

Apenas um quarto das ações previstas para a saúde no segundo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC 2) foram concluídas desde 2011, ano de lançamento da iniciativa. Os dados, elaborados pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) com base no 11º balanço do PAC 2, mostram que, das 21.537 ações sob a responsabilidade do Ministério da Saúde ou da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), 5.538 foram finalizadas até outubro de 2014, um total de 25,7%. O resultado é ainda pior do que os obtidos pelo programa em geral, no qual 31,7% das obras previstas foram concluídas, de acordo com a ONG Contas Abertas.

Quando se analisa o total investido no período, os números caem ainda mais. Ao todo, o governo estimava investir R\$ 7,3 bilhões no PAC Saúde entre 2011 e 2014. Até outubro, no entanto, os empreendimentos concluídos representaram só R\$ 1,5 bilhão — 20,5% do valor total. “O governo lança o PAC com números estratosféricos e, quando vamos analisar, entrega pouco”, diz o primeiro vice-presidente do CFM, Mauro Ribeiro.

As informações englobam investimentos previstos por União, iniciativa privada, estados e municípios em projetos de construção e de reforma de Unidades Básicas de Saúde (UBSs), Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e projetos de saneamento. “As UPAs e as UBSs são fundamentais no atendimento básico e intermediário da

população. O atraso nessas unidades é catastrófico porque, com elas, poderia-se reduzir de 60% a 70% a lotação nos pronto-socorros”, disse Ribeiro.

Entre as regiões do país, a que apresentou pior percentual de execução foi a Sudeste, onde foram concluídas 811 (22,1%) das 3.662 obras previstas. Minas Gerais é o estado em que a situação foi a mais crítica, com apenas 19,4% dos empreendimentos entregues — só 12,8% das UBS e 4,3% das UPA prometidas.

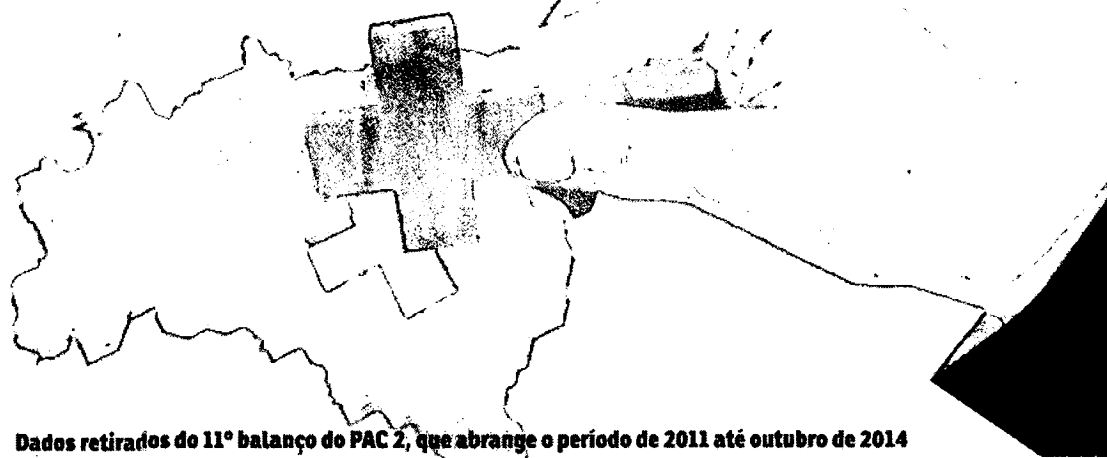
À espera

No município de Montes Claros (MG), por exemplo, foi prevista a construção de cinco unidades básicas e a ampliação de três, mas nenhuma das obras foi entregue. Enquanto os serviços não saem do papel, os moradores sofrem com as dificuldades para o atendimento médico. É o caso do aposentado Jorge da Costa, 73 anos. Segundo Soares, a UBS anunciada no bairro onde mora é prometida há mais de 15 anos, “mas a gente já cansou de esperar. A obra nunca sai”.

Segundo o Ministério da Saúde, cabe aos governos estaduais e municipais a execução das obras. Em nota, o órgão afirma que vem aprimorando medidas de controle, “como prazo de 60 dias para atualização dos sistemas de monitoramento e proibição de habilitação de novas propostas feitas por municípios ou estados que apresentem irregularidade”.

Colaborou Luiz Ribeiro

Balanço do avanço das obras de saúde no PAC 2 por região

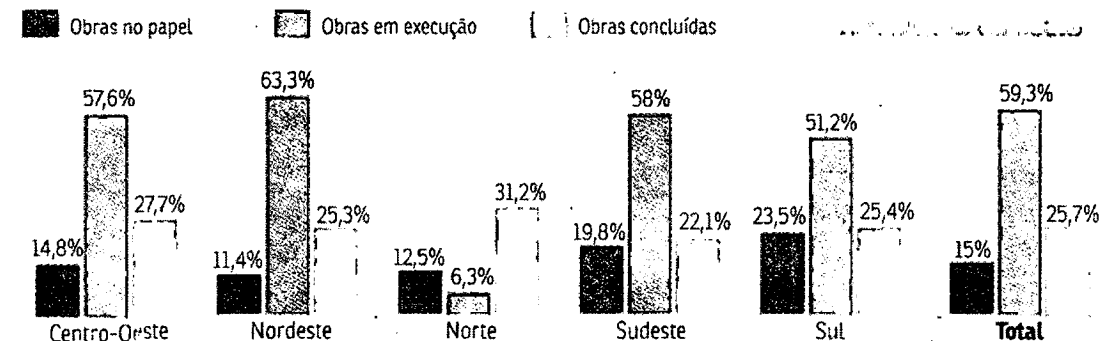


Dados retirados do 11º balanço do PAC 2, que abrange o período de 2011 até outubro de 2014

Região	Ação preparatória	Em contratação	Em licitação	Em execução	Em obras	Concluído
Centro-Oeste	83	114	112	78	1126	579
Nordeste	526	296	336	444	5969	2561
Norte	173	65	87	60	1407	815
Sudeste	484	14	228	255	1870	811
Sul	187	357	170	225	1331	722
Total	1453	846	933	1062	11705	5538

Fonte: Ministério do Planejamento — Elaboração: Conselho Federal de Medicina

Com os dados acima têm-se as seguintes conclusões:



Fonte: Ministério do Planejamento — Elaboração: Conselho Federal de Medicina
*Os valores que não completam exatamente 100% devem-se a arredondamentos

Atraso nos repasses

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, contesta as justificativas do governo e apresenta outras causas para os atrasos nas obras destinadas à área da saúde previstas no PAC 2. “Se o projeto foi aprovado no PAC 2, o município já atendeu às exigências do governo federal para que houvesse a obra”. Segundo Ziulkoski, o que ocorre, muitas vezes, é a demora do governo federal em repassar as verbas prometidas aos municípios. “A União tem restos a pagar de mais de R\$ 35 bilhões com os municípios, que não conseguem receber essa verba. A Saúde é a terceira pasta com mais a receber, com cerca de R\$ 6 bilhões em dívidas”, afirmou.

Segundo o Ministério da Saúde, 55% das obras de UPAs e UBSs foram aprovadas apenas no segundo semestre de 2013; enquanto alguns projetos de saneamento só teriam sido autorizados no início de 2014, o que explicaria o fato de grande parte destas unidades ainda não terem sido concluídas. “O programa é de 2011. Mesmo no caso das obras aprovadas tardiamente, dois anos é tempo mais do que suficiente para construir UPAs e UBS”, rebate Mauro Ribeiro, primeiro vice-presidente do CFM. (JBL e LR)